...continuação

Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. e Controladas

A Diretoria

Wellington de Oliveira
Contador - CRC 1SP259869/O-6

Declaração dos Diretores

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores Executivos da Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Paulista nº 1.294, em São Paulo/SP, inscrita no CNPJ 07.594.978/0001-78, em observância as disposições constantes nos instrumentos da CVM nº 480/09, declara que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. relativa ao exercício findo em 31/12/18.

São Paulo, 29/03/19.

Edgard Gomes Corona - Diretor Presidente
Thiago Borges Lima - Diretor Financeiro
Afonso Sugiyama - Diretor de Relações com Investidores

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. São eles: *Combinação de negócios:* Conforme divulgado na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia efetuou aquisições e reconheceu ágios por expectativa de rentabilidade futura, bem como ganho na reavaliação de participação societária, apurados em combinações de negócios, quando aplicável, originário das aquisições do controle acionário nas empresas Latamfit Chile SpA., Latamfit, S.L. e da Corporación Sport City, S.A. de C.V. Os efeitos dessas aquisições para as demonstrações financeiras individuais estão descritas na nota explicativa 11. Devido à relevância dos valores do ágio e do ganho da reavaliação, bem como o julgamento inerente ao processo de determinação da aquisição de ativos e passivos a valor justo no processo de combinação de negócios, e pelo impacto que eventuais alterações das referidas premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria. Para fins de procedimentos de auditoria, utilizamos nossos especialistas na revisão e avaliação das premissas e metodologias utilizadas pela Companhia na elaboração dos estudos que suportam as análises do valor recuperável dos ágios reconhecidos durante o exercício, especialmente as utilizadas na elaboração das projeções de fluxo de caixa. Também avaliamos a razoabilidade dos cálculos matemáticos e a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que é aceitável a avaliação do valor recuperável dos ágios e ganhos registrados nas reavaliações de participação, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos -** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia o para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2019

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Roberto Torres dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 219663/O-7

Deloitte.

Integramax Brasil Participações S/A

CNPJ nº 27.066.686/0001-70

Demonstrações Contábeis - Período de 01/01/2018 a 31/12/2018 (Valores em Reais)

Relatório da Administração: Senhores acionistas, em cumprimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976, e atendendo às disposições estatutárias, o Conselho de Administração e a Diretoria da companhia apresentam aos senhores as Demonstrações Contábeis do Exercício Social, findo em 31 de dezembro de 2018, para apreciação. São Paulo, 31 de dezembro de 2018.

Balanço Patrimonial	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ativo/Ativo Circulante		**1.995.802,51**	**1.896.449,28**
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.716.941,50	1.840.718,91
Clientes	5	260.840,48	43.732,09
Outros Créditos	6	14.227,00	7.910,48
Despesas Pagas Antecipadamente	7	3.793,53	4.087,80
Ativo Não Circulante		**36.072,13**	**42.317,89**
Bens Móveis	8	33.231,63	38.736,39
Bens Intangíveis	8	2.840,50	3.581,50
Total do Ativo		**2.031.874,64**	**1.938.767,17**

Balanço Patrimonial	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Passivo/Passivo Circulante		**287.523,68**	**196.044,37**
Fornecedores		–	8.618,00
Obrigações Tributárias	9	153.649,72	75.603,70
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	10	7.421,04	7.408,44
Dividendos e Participações	11	30.935,10	51.733,16
Outras Obrigações	12	95.517,82	52.681,07
Patrimônio Líquido		**1.744.350,96**	**1.742.722,80**
Capital Social	13	1.740.000,00	1.740.000,00
Reserva Legal	14	4.350,96	2.722,80
Total do Passivo		**2.031.874,64**	**1.938.767,17**

Demonstração do Resultado do Exercício

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receita Líquida	15	**1.905.997,05**	**1.551.919,65**
Custos		(545.659,80)	(695.510,86)
= Lucro Bruto		**1.360.337,25**	**856.408,79**
Despesas Administrativas	16	(501.451,20)	(365.281,20)
Despesas Financeiras	16	(3.966,72)	(9.328,83)
Despesas Gerais	16	(661.503,67)	(309.536,51)
Despesas Tributárias	16	(6.815,41)	(9.102,84)
Receitas Financeiras	16	60.509,38	86.396,15
Outras Receitas Operacionais	16	9.652,12	–
= Lucro Operacional		**256.761,75**	**249.555,56**
= Lucro Contábil Líquido antes da CS		**256.761,75**	**249.555,56**
Contribuição Social	17	(64.839,75)	(54.820,49)
= Lucro Contábil Líquido antes do IR		**191.922,00**	**194.735,07**
Imposto de Renda	17	(159.358,74)	(140.279,11)
= Lucro Líquido do Período	18	**32.563,26**	**54.455,96**
= Lucro Líquido do Período por Ação (total 174 ações ON)		**187,15**	**312,97**

Demonstração das Mutações do Patrimômio Líquido

Histórico	Capital Social	Reserva Legal	Resultado do Exercício	Total
Subscrição e Integralização do Capital Social conforme Ata de Assembleia Geral de Constituição	1.740.000,00	2.722,80	–	1.742.722,80
Lucro Líquido do Exercício	–	–	32.563,26	32.563,26
Destinação do Lucro do Período: **Reserva Legal 5%**		1.628,16	(1.628,16)	–
Dividendos Mínimos 25% a pagar	–	–	(7.733,77)	(7.733,77)
Dividendos Complementares - a pagar	–	–	(23.201,33)	(23.201,33)
Total	**1.740.000,00**	**4.350,96**	**–**	**1.744.350,96**

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Fluxo de Caixa Originados de:	31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado do Exercício/Período	**32.563,26 D**	**54.455,96 D**
Ajustes para Conciliar o Resultado às Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais		
Depreciação de Amortização	6.245,76 D	2.687,71 D
Redução de Variação nos Ativos e Passivos		
Aumento em Contas a Receber	217.108,39 C	43.732,09 C
Diminuição em Fornecedores	8.618,00 C	8.618,00 D
Diminuição em Contas a Pagar	14.906,06 C	40.682,79 D
Aumento em Impostos e Contribuições a Recolher	33.703,61 D	16.556,22 D
Aumento no IR e CS	44.342,41 D	66.455,92 D
Disponibilidades Líquidas Geradas pelas Atividades Operacionais	**(123.777,41) C**	**145.724,51 D**
Fluxos de Caixas das Atividades de Investimento		
Compra de Imobilizado	– C	45.005,60 C
Disponibilidades Líquidas Aplicadas nas Atividades de Investimentos	**– C**	**45.005,60 C**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Integralização de Capital	– D	1.740.000,00 D
Disponibilidades Líquidas Geradas pelas Atividades Operacionais	**– D**	**1.740.000,00 D**
Aumento das Disponibilidades	**(123.777,41) D**	**1.840.718,91 D**
No Início do Período	**1.840.718,91 D**	**–**
No Final do Período	**1.716.941,50 D**	**1.840.718,91 D**

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional: A Integramax Brasil Participações S/A, é uma sociedade por ações, de capital fechado, cujos Estatutos Sociais foram registrados na JUCESP, na data de 09/02/2017, sob o NIRE nº 35300501004. A sede da Companhia é no Brasil, em SP/SP, na Rua Moaci, nº 525, Sala 401, Moema, CEP 04083-0001. O objeto social é a promoção, participação e realização de eventos em geral, bem como a intermediação de negócios e participação em outras sociedades como quotista ou acionista. **2. Da estrutura de gestão:** a Companhia é administrada pelo Conselho de Administração composto por 5 conselheiros e pela diretoria composta por 2 diretores. **3. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** as demonstrações contábeis, compreendendo o período de 01/01 a 31/12/2018 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de conformidade com o ITG 1000 - Contabilidade para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e, nos aspectos não abordados na interpretação, pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, e seus valores representam as estimativas atuais de seus valores monetários, não havendo necessidade de ajustes de avaliação patrimonial em termos de valores justo ou a preço de mercado. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. O Regime adotado para as apropriações de receitas e despesas é o do Regime de Competência de Exercícios. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa:** O caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de 3 meses, ou menos, a custo histórico adicionado os respectivos rendimentos do período.

Conta Corrente - Bradesco	1,00
Aplicação Invest Fácil - Bradesco	835.348,77
Aplicação FI CFI RF REFER. DI SPECIAL - Bradesco	835.304,97
Aplicação Aut Contamax Empresarial	46.286,76
Total	**1.716.941,50**

5. Clientes: Corresponde aos valores a receber de clientes, oriundos das atividades operacionais, com vencimentos não superiores a 1 ano. Relatamos previsão de recebimento no primeiro trimestre do valor de R$ 93.917,29 (36%), no segundo trimestre do valor de R$ 147.623,19 (57%). A quantia de R$ 19.300,00 (7%) será, em prol de benefício tributário, alocada em PDD, com encaminhamento ao departamento jurídico para cobrança. **6. Outros Créditos:** Correspondem aos valores de imposto de renda retido sobre rendimentos de aplicações financeiras e o ISS retido na fonte sobre receitas de prestações de serviços, cujos valores serão compensados no próximo exercício. **7. Despesas pagas antecipadamente:** correspondem aos valores a serem apropriados de prêmios de seguros, conforme regime de competência, referente à Apólice de Seguro de AIG Seguros Brasil S.A. de nº 087372018010310001268, período de vigência 19/09/2018 até 19/09/2019, tendo por objetivo: "Responsabilidade de Gestão/Corporativa", limite de garantia de R$ 3.000.000,00. **8. Imobilizado:** O Imobilizado é mensurado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, levando em consideração o tempo de vida útil, conforme demonstrado abaixo:

Grupo de Bens	Taxa de Depreciação Anual	Valor Histórico (*)	(–) Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Móveis e Utensílios	10%	26.241,00	4.074,89	22.166,11
Equipamento de Tecnologia e Informática	20%	2.946,40	830,38	2.116,02
Computadores e Acessórios	20%	8.673,00	2.235,50	6.437,50
Aparelhos e Acessórios	10%	3.440,20	928,20	2.512,00
Software	20%	3.705,00	864,50	2.840,50
Total		**45.005,60**	**8.933,47**	**36.072,13**

(*) Valores históricos das aquisições dos bens e direitos.

Perda ao Valor Recuperável/Impairment: A Administração revisará anualmente o valor líquido dos ativos como objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, será constituída estimativa para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Não houve necessidade de ajuste ao valor recuperável no exercício apresentado, em virtude de não ter ocorrido nenhum sinal de perda evidenciado nos ativos imobilizados e intangíveis. **9. Obrigações Tributárias:** O grupo de obrigações tributárias é composto pelos impostos e contribuições relativos ao pró-labore, serviços prestados, bem como os retidos nos serviços tomados de terceiros, com vencimento para 01/2019:

IRRF a Recolher	7.369,45
Tributo sobre Pró-labore	**7.369,45**
ISS a Recolher	19.887,66
PIS a Recolher	2.585,40
COFINS a Recolher	11.932,63
Tributos sobre Faturamento	**34.405,69**
IRRF sobre Serviços a Recolher	262,50
PIS, COFINS e CSLL a Recolher	813,75
Tributos Retidos	**1.076,25**
IRPJ a Recolher	76.762,48
CSLL a Recolher	34.035,85
IRPJ e CSLL	**110.798,33**
Total	**153.649,72**

10. Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias: As obrigações trabalhistas e previdenciárias contemplam o valor de INSS a Recolher referente a competência de 12/2018 e com vencimento para 01/2019.

INSS a Recolher	23.201,33
Total	**30.935,10**

11. Dividendos e Participações: O grupo dividendos e participações contempla os valores de dividendos a pagar aos acionistas conforme determinado nos Estatutos Sociais da Companhia e encontram-se assim distribuídos:

Dividendos Mínimos a Pagar	
(25% do Lucro Líquido conforme Artigo 20, § Único, alínea "b", dos Estatutos Sociais)	7.733,77
Dividendos Complementares a Pagar	
(Saldo do Lucro Líquido, conforme Artigo 20, § Único, alínea "c", dos Estatutos Sociais, a ser deliberado em A.G.O.)	23.201,33
Total	**30.935,10**

12. Outras Obrigações: O grupo de outras obrigações encontra-se distribuído conforme abaixo. A conta outros adiantamentos representa o total de impostos federais e municipais, que não foram retidos pelos clientes, por ocasião das liquidações de alguns serviços prestados, e que serão devolvidos aos mesmos no próximo exercício. Os adiantamentos de clientes referem-se a valores adiantados de clientes, cujos serviços serão prestados no exercício de 2018. Outros Adiantamentos

Outros Adiantamentos	49.133,47
Adiantamento de Clientes	42.719,85
Aluguel a Pagar	2.400,00
Seguros a Pagar	1.264,50
Total	**95.517,82**

13. Capital Social: O capital social da companhia é de R$ 1.740.000,00, representado por 174 ações ordinárias nominativas de classe especial, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 10.000,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas. **14. Reserva Legal:** A Reserva Legal de 5% foi constituída conforme Artigo 20, § único, alínea "a", dos Estatutos Sociais. **15. Receita Líquida:** A receita líquida da companhia, oriundas das atividades operacionais, encontra-se assim distribuída:

Receitas Brutas	**2.075.255,94**
Serviços prestados - mercado interno	2.075.255,94
Deduções	**(169.258,89)**
ISS	(93.512,08)
COFINS	(62.257,65)
PIS-PASEP	(13.489,16)
= Receita Líquida	**1.905.997,05**

16. Despesas e Receitas Operacionais: Do somatório no valor de R$ 1.113.753,44, apresentam-se abaixo os valores de maior relevância, representando 93,48% do total. Houve um aumento na conta de Despesas Gerais de R$ 351.967,16 (114%) devido à contratação de consultoria (Supply Solutions) e da plataforma *marketplace* (Central dos Compradores), uma vez que no ano de 2017 era ausente. Adicionalmente, esclarece-se ainda que, o incremento na conta de Despesas Administrativas está relacionado ao fato de que em 2017 foram contabilizados apenas 9 meses de operações (início das atividades em 03/2017) e em 2018 foram 12 meses de operação da Companhia.

Pró-labore	(408.000,00)
Despesa com Assessoria e Consultoria	(240.400,00)
Serviços Prestados por Terceiros	(99.476,00)
Despesas com a Diretoria	(95.757,21)
INSS	(81.600,00)
Honorários Advocatícios	(62.900,00)
Rendimento Aplicações Financeiras	55.475,49
Assistência Contábil	(36.333,59)
Aluguéis	(28.800,00)
Propaganda e Publicidade	(16.525,50)
Passagens Aéreas	(15.078,46)
Vale-Refeição	(10.861,20)
Condomínio	(10.293,26)

17. Tributos sobre o Lucro: A Companhia no exercício de 2018 foi tributada pelo regime do Lucro Presumido. **18. Resultado do Exercício:** A Companhia apresentou o Lucro Líquido no valor de R$ 34.351,32 ao final de 31/12/2018. De conformidade com os Estatutos Sociais o resultado líquido do período teve a seguinte destinação.

Resultado Líquido do Período	**32.563,26**
Destinação do Resultado Líquido:	
a) Reserva Legal 5% (Artigo 20, § Único, alínea "a", dos Estatutos Sociais)	1.628,16
b) Dividendos Mínimos de 25% (Artigo 20, § Único, alínea "b", dos Estatutos Sociais)	7.733,77
c) Dividendos Complementares - Saldo (Artigo 20, § Único, alínea "c", dos Estatutos Sociais)	23.201,33
Total das destinações do Resultado do Período	**32.563,26**
Quantidade de Ações Ordinárias	174
Lucro por Ação	**177,79**

19. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros, ativos e passivos da companhia, em 31/12/2018, estão todos registrados em contas patrimoniais e não apresentam valores de mercado diferentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras. **20. Cobertura de Seguros:** Face à natureza de suas atividades a Companhia adota política de contratar cobertura de seguros com base no conceito securitário de perda máxima provável. Em 31/12/2018 a Companhia possuía Apólice de Seguro nº 087372018010310001268, junto a AIG Seguros Brasil S.A., período de vigência 19/09/2018 até 19/09/2019, tendo por objetivo: "Responsabilidade de Gestão/Corporativa", com limite de garantia de R$ 3.000.000,00. **21. Eventos Subsequentes entre à data do balanço e a publicação das Demonstrações Contábeis**: Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

São Paulo, 31 de dezembro de 2018

Victor Cirne de Simas
Conselheiro Presidente

Ricardo Calil
Conselheiro Vice-Presidente

Bento Luiz Assalve
Conselheiro Presidente

Pedro Luiz Ciccotti
Conselheiro

Andre Thiago Blanger
Conselheiro

Marcelo Dezembro
Diretor Presidente

Marcel Mastro Jardim
Diretor Financeiro

Orlando Sandi Magalhães
Contador - CRC 1SP 131073/O-9

Juno Participações e Investimentos S.A.

CNPJ nº 18.252.691/0001-86

Demonstrações Financeiras - Em 31/12/2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

Mensagem da Administração: Atendendo aos dispositivos legais e estatutários, a Administração da Juno Participações e Investimentos S.A. ("Juno" ou "Companhia"), submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31/12/2018 e 2017, elaboradas de acordo com os dispositivos contidos na Lei das Sociedades por Ações, suas alterações e nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Juno é uma empresa que atua no segmento de participações da Companhia, como sócia, acionista ou cotista, em sociedades, e acredita que o crescimento do País depende de investimentos em infraestrutura. Assim, dirige suas atividades para essa área estratégica, com participação em empresa atuante no mesmo setor. Mais uma vez reafirmamos nossa vocação para agregar valores provenientes da operação de ativos de infraestrutura, estamos confiantes com a nossa estratégia nesta área. Nossas ações confirmam o compromisso com o crescimento através da adição de valor para acionistas e parceiros. Através do investimento em estudos de viabilidade e da capacidade técnica e profissional da Companhia, ratificamos nossa filosofia de crescimento utilizando sempre princípios éticos. São Paulo, 28/03/2019.

Balanço Patrimonial	Nota	2018	2017
Ativo Circulante			
Operações descontinuadas		**19.599**	19.560
Total do ativo		**19.599**	19.560
Passivo Circulante		**2.158**	15.023
Dividendos a pagar		**2.158**	–
Contas a pagar - Partes relacionadas	5	**–**	15.023
Patrimônio líquido	6	**17.441**	4.537
Capital social		**67**	67
Reserva legal		**13**	13
Reserva de lucros		**17.361**	4.457
Total do passivo e patrimônio líquido		**19.599**	19.560

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) do exercício	**17.205**	7.002
Resultado de operações descontinuadas	**(17.225)**	(7.003)
Variações nos ativos e passivos		
Contas a pagar empresas ligadas	**(15.023)**	(4.543)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	**(15.043)**	(4.544)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Dividendos e juros sobre capital próprio recebido	**15.043**	4.544
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**15.043**	4.544
Variação do caixa e equivalentes de caixa	**–**	–

Demonstração do Resultado	2018	2017
Receitas (despesas) operacionais		
Resultado de operações descontinuadas	**17.225**	7.003
Despesas gerais e administrativas	**(20)**	(1)
Resultado operacional	**17.205**	7.002
Lucro líquido do exercício	**17.205**	7.002
Lucro (prejuízo) por ação - R$	**256,79**	104,51

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2016	**67**	**–**	**–**	**(2.532)**	**(2.465)**	**(2.465)**
Lucro do exercício	–	–	–	7.002	–	7.002
Destinações:						
Constituição de reserva legal	–	13	–	(13)	–	–
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	4.457	(4.457)	–	–
Saldos em 31/12/2017	**67**	**13**	**4.457**	**–**	**(2.465)**	**4.537**
Lucro do exercício	–	–	–	17.205	–	17.205
Destinações:						
Distribuição de dividendos	–	–	–	(4.301)	–	(4.301)
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	12.904	(12.904)	–	(4.301)
Saldos em 31/12/2018	**67**	**13**	**17.361**	**–**	**(2.465)**	**17.441**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Informações sobre a Companhia: A Juno Participações e Investimentos S.A. ("Juno" ou "Companhia") foi constituída em 30/01/2013, sob a forma de uma sociedade anônima fechada, e tem por objeto social a participação, como sócia, acionista ou cotista, em sociedades empresárias ou civis e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades e prestação de serviços de engenharia civil e construção em geral. Em junho de 2016 a Companhia passou a controlar a Tijoá e CSE. a) Tijoá: A Tijoá Participações e Investimentos S.A. ("Tijoá") tem por objeto específico a geração de energia elétrica através da concessão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos ("UHE Três Irmãos") em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência aos distribuidores de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN). A UHE Três Irmãos é a maior usina construída no Rio Tietê e está localizada entre os municípios de Andradina e Pereira Barreto, no estado de São Paulo, a 28 km da confluência com o Rio Paraná. Possui cinco unidades geradoras com turbinas Francis e potência instalada de 807,50 MW e garantia física de 217,5 MW médios. Sua barragem tem 3.640 m de comprimento e seu reservatório mede 785 km² e possui duas eclusas para navegação. O primeiro termo de concessão encerrou em novembro de 2011 e, com o advento da MP nº 579/12, depois convertida na Lei nº 12.783/13, que ofereceu à CESP - Companhia Energética de São Paulo, então concessionário da usina, a possibilidade de antecipação da renovação da concessão, além de estabelecer condições específicas para a antecipação dessas renovações. Em dezembro de 2012 os acionistas da CESP decidiram pela não renovação da concessão e a UHE Três Irmãos foi relicitada. Assim a UHE Três Irmãos foi a primeira a ser leiloada nos termos da Lei nº 12.783/13. O leilão ocorreu em 28/03/2014 e a proposta vencedora foi apresentada pelo Consórcio Novo Oriente, composto por Furnas Centrais Elétricas S.A. (49,9%) e pelo Fundo de Investimento em Participações Constantinopla (50,1%). Para assinatura do contrato de concessão foi alterado o Estatuto Social da Tijoá para que essa se tornasse a Sociedade de Propósito Específico (SPE) para assinatura do contrato de concessão. Em 10/09/2014 a Tijoá assinou o Contrato de Concessão nº 003/2014-MME-UHE Três Irmãos, e, após um mês de operação assistida, assumiu a operação da usina. Em agosto de 2014, a Juno concluiu